

A economia em 82: aqui, o governo acerta.

Economistas concordam com a decisão do governo: reduzir o incentivo às exportações. Isso porque a correção cambial menor ajudará os exportadores a venderem mais.

A política econômica para 1982 "não vai provocar qualquer alívio mais significativo na crise brasileira, mas também não causará catástrofes no horizonte imediato". Essa é a opinião do professor João Sayad (Fipe-USP), ao comentar ontem alguns dos principais indicadores econômicos para 1982.

Realmente, explicou ele, os analistas não esperavam para 1982 uma grande mudança de rumos na condução da política econômica. Dessa forma ele entendeu como "razoável" a orientação do governo para a política cambial: o crédito-prêmio vai ser reduzido, em 1982, de 15% para 9%; como consequência, a desvalorização cambial acompanhará somente a inflação interna medida pelo INPC, sem descontar a inflação externa, o que permitirá manter a margem de ganho dos exportadores neste ano.

Exportar mais

Para 1982, a meta do governo é vender 28 bilhões de dólares no mercado internacional — um aumento estimado de 20% sobre 1981, ano em que se exportou um total de 23,5 bilhões de dólares, com um índice de 18% sobre 1980. Isto significa que em 1982 deverá, no mínimo, ser mantido o acelerado ritmo de negócios de 1981. A estimativa do governo é de que a inflação norte-americana fique em torno dos 8%, igualando em, parte, o percentual a menos que os empresários deixarão de lucrar com a redução do IPI — de 15% para 9% até o

final deste ano, um diferencial de 6% a menos.

"A política cambial, portanto, está retornando aos tempos de Simonsen, com algumas diferenças", disse o professor João Sayad. Há, realmente um efeito colateral que poderá provocar turbulências no correr deste ano tais como novas ondas de pressão sobre os juros internos. Ao mesmo tempo, essa sistemática (considerar apenas a inflação interna, presupondo a inflação externa zerada com o crédito-prêmio a menos) também tornará a economia brasileira menos flexível para absorver com profundidade qualquer alteração, para melhor — como, por exemplo uma redução nas taxas de juros norte-americanas.

Os juros dos EUA

Para João Sayad, há alguns fatores que poderiam ajudar a compor uma previsão otimista quanto à queda da *prime-rate*: inicialmente, o fato de que a dívida interna norte-americana está aumentando; em segundo lugar, a tendência (à primeira vista firme) de que a recessão nos EUA, não vai continuar.



João Sayad

Sayad lembra que alguns analistas norte-americanos prevêem, para maio deste ano, o fim do período recessivo.

Para a economia brasileira, uma redução maior nas taxas de juros praticadas pelos bancos norte-americanos é altamente benéfica: como a maioria de nossa dívida externa é flutuante, se os

juros caem, o "serviço" (juros mais amortizações) da nossa dívida também cairá em 1982.

Em 1982, prevê o Banco Central, os juros significarão 9,5 bilhões de dólares, que se somarão a 7,2 bilhões de dólares em amortizações. As previsões globais "são razoáveis", comentou João Sayad; isso, mesmo que se detecte uma taxa real de juros internos ainda maior do que realmente poderia ser — uma distância criada pelas margens de operações dos bancos na economia interna e pelo próprio sistema de desvalorização cambial.

Nos Estados Unidos, comentou por sua vez o professor Luís Gonzaga Beluzzo, membro do Conselho

de Economia da Fiesp, esperava-se em 1981 uma queda muito maior da *prime rate* do que a que realmente se verificou: uma média real de 16% na taxa, contra os 12% estimados pelo governo. O déficit fiscal norte-americano ainda é muito alto (em torno dos 100 bilhões de dólares), lembrou Beluzzo.

Isso, porém, não justifica uma política econômica brasileira mais solta, expansionista, tendo como único fator protetor uma redução firme e constante das taxas de juros externos.

"Não se pode arriscar muito", frisou ele, "porque, se a economia norte-americana recuperar-se, a *prime rate* subirá substancialmente". João Sayad também fez a seguinte advertência: há uma certa razão em se preservar a cautela para 1982, porque certamente a pressão das importações, nas contas do País, será maior do que em 1981.

No ano passado, havia estoques. As empresas beneficiaram-se da fase da prefixação monetária e cambial e fizeram grandes compras, o que tornou 1981 um "ano de exceção", ou seja, sem pressões muito acirradas para se importar.

Em 1982, ao contrário, haverá uma pressão maior: a estimativa oficial é de 25 bilhões de dólares, o que daria um superávit de 3 bilhões de dólares na balança comercial caso se exportem mesmo 28 bilhões de dólares.